

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

Estudo Técnico Preliminar 216/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 3037/2025

2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade ora apresentada tem origem nas solicitações formais encaminhadas pelas unidades administrativas do Município de Ariquemes/RO, quais sejam: SEMGOV, SEMA, SEMUST, SEMAIC, SEMED/FME, PGM, SEMTEC, SEMPOG, SEMOSP, SEMFAZ, SEMSAU, SEMDES/FMAS e AMR, que evidenciaram a imprescindibilidade de aquisição de mobiliário em geral para atender às suas respectivas demandas institucionais.

2.2. Tais Secretarias relataram a insuficiência de itens essenciais ao funcionamento administrativo, bem como a necessidade de reposição e modernização do acervo existente, considerando que grande parte do mobiliário utilizado atualmente encontra-se em condições estruturais deficientes, desgastado pelo uso prolongado, inadequado ergonômica e funcionalmente ou, ainda, em quantidade insuficiente para acompanhar a expansão das atividades e serviços públicos.

2.3. A administração pública, para atuar de forma eficiente, necessita de ambientes estruturados, adequados e condizentes com o volume de serviços prestados. Nesse sentido, o mobiliário administrativo é elemento indispensável para a execução das rotinas diárias, atendimento ao cidadão, organização documental e suporte aos equipamentos tecnológicos utilizados pelo corpo funcional.

2.4. Constatou-se que a indisponibilidade e a precariedade do mobiliário vigente têm gerado obstáculos à plena execução das atividades diárias, afetando a produtividade dos servidores, comprometendo o conforto e a ergonomia do ambiente de trabalho e, por consequência direta, impactando a qualidade do atendimento prestado.

2.5. A atualização e a recomposição do mobiliário são, portanto, medidas necessárias para assegurar regularidade operacional, manutenção das condições adequadas de trabalho e atendimento aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Além do aspecto funcional, a necessidade contemplada abrange a observância de condições ergonômicas e de segurança laboral, as quais se mostram essenciais para garantir o bem-estar dos servidores e mitigar riscos ocupacionais.

2.7. Ambientes de trabalho ergonomicamente inadequados geram queda de produtividade, aumento do absenteísmo e comprometimento do desempenho institucional, além de potencializar custos futuros com tratamentos médicos, substituições de pessoal e manutenção emergencial de bens. Assim, o atendimento à demanda ora exposta promove não apenas a eficiência administrativa, mas também a saúde funcional do quadro de servidores, em consonância com a gestão pública moderna e humanizada.

2.8. A uniformização e modernização do mobiliário contribuem para a organização espacial das repartições, à medida que permitem melhor aproveitamento dos ambientes, padronizam os setores, qualificam o espaço físico e conferem identidade visual institucional mais harmônica e profissional.

2.9. Cumpre destacar que a administração pública contemporânea exige não apenas a execução técnica das atividades, mas também a prestação de um atendimento acolhedor e eficiente, que se inicia pela configuração adequada dos ambientes públicos, transmitindo transparência, respeito e compromisso com o serviço prestado.

2.10. O presente Estudo Técnico Preliminar fundamenta-se nos princípios que regem a administração pública, especialmente aqueles previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, destacando a necessidade de planejamento prévio, eficiência, economicidade e efetividade das ações administrativas.

2.11. O levantamento integrado das demandas e a análise prévia das condições materiais existentes nas Secretarias municipais demonstram que a presente necessidade está alinhada às diretrizes de gestão eficiente de recursos, modernização administrativa e melhoria contínua da qualidade do serviço público, consistindo em providência necessária para o adequado funcionamento do Município.



2.12. Diante de todo o exposto, evidencia-se que o atendimento à demanda por mobiliário em geral constitui medida necessária, proporcional e compatível com os objetivos institucionais das Secretarias envolvidas, assegurando condições materiais adequadas à execução dos serviços públicos, ao adequado funcionamento da estrutura organizacional municipal e às demandas crescentes da população. Trata-se, portanto, de providência essencial à manutenção da eficiência administrativa, da saúde ocupacional dos servidores e da qualidade do atendimento prestado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV	Marineide Borges dos Santos
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA	Vilmar Ferreira
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito - SEMUST	Rodrigo Perez Pedroti
Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio - SEMAIC	Antonio Marcos de Moura
Secretaria Municipal de Educação - SEMED	Sandra Marcia Neves
Procuradoria Geral do Município - PGM	Breno Maifrede Campanha
Secretaria Municipal De Turismo, Esporte E Cultura - SEMTEC	Natanael Emerson Pereira de Lima
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG	Elizete Gonçalves de Lima
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP	Marcos Venicio Araujo Raposo
Secretário Municipal de Fazenda - SEMFAZ	Luiz Fernandes Ribas Motta
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU	Marcos Paiva Freitas
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES	Micheline Barcelos
Agencia Municipal de Regulação - AMR	Marco Aurelio Soares Fernandes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A solução deverá atender integralmente às necessidades funcionais e administrativas das Secretarias Municipais participantes, mediante fornecimento de mobiliário adequado para uso contínuo, observando padrões de ergonomia, segurança, resistência e durabilidade compatíveis com a rotina do serviço público.

4.2. Os bens deverão atender às normas técnicas aplicáveis e às exigências de desempenho, estabilidade e segurança estabelecidas por órgãos oficiais competentes, garantindo a integridade física dos usuários e a adequada organização dos ambientes institucionais.

4.3. Por se tratarem de itens com especificações amplamente padronizadas no mercado, os bens caracterizam-se como bens comuns, cujos parâmetros de qualidade e desempenho podem ser definidos de forma objetiva.

4.4. Os produtos deverão ser novos, originais, sem uso prévio, sem recondicionamento e entregues em embalagens lacradas, devidamente identificadas com marca, modelo, lote, número de série (quando aplicável), garantia e demais informações necessárias à conferência e rastreabilidade.

4.5. A contratada será responsável pela conformidade e procedência dos bens entregues, devendo substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação, avarias ou vícios aparentes ou ocultos, garantindo-se mínimo de 12 (doze) meses de garantia a contar do recebimento definitivo.

4.6. A entrega será efetuada conforme solicitação da Administração, podendo ocorrer de forma parcelada, nos locais que forem indicados no Termo de Referência, devendo os itens ser acompanhados de nota fiscal com descrição completa (marca, modelo, especificações técnicas e dados de garantia).

4.7. Todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, frete, seguro, carga e descarga e demais encargos logísticos, deverão estar incluídos no preço ofertado, sendo vedada posterior cobrança adicional.

4.8. A contratada deverá manter canal formal de atendimento e suporte para esclarecimentos e assistência durante o período de garantia, disponibilizando, no mínimo, contato telefônico e endereço eletrônico.

4.9. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica exigidas, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.



4.10. Os valores apresentados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, administrativos e logísticos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em observância ao princípio do planejamento e ao disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado para identificar solução capaz de atender à necessidade de mobiliário das Secretarias Municipais. A pesquisa contemplou fornecedores especializados, consultas em sítios eletrônicos do setor, Atas de Registro de Preços de outras administrações públicas e a plataforma Banco de Preços, possibilitando referência atualizada quanto a especificações, prazos, garantias e valores praticados.

5.2. Considerou-se, inicialmente, o remanejamento interno de mobiliário entre as Secretarias, medida que poderia otimizar recursos existentes. Contudo, verificou-se que tal alternativa não supre a demanda, uma vez que inexistem itens disponíveis em quantidade suficiente, além de o mobiliário atual, em grande parte, apresentar desgaste e inadequação ergonômica, inviabilizando atendimento seguro e eficiente.

5.3. Avaliou-se também a possibilidade de recuperação ou manutenção do mobiliário existente, por meio de consertos e substituição de componentes. Embora tal opção possa ser empregada de forma pontual, constatou-se que não abrange os itens necessários e tampouco assegura padronização, ergonomia e durabilidade compatíveis com as necessidades operacionais, podendo ainda resultar em custos recorrentes. Assim, trata-se de medida complementar, porém insuficiente para atendimento pleno da demanda.

5.4. Por fim, analisou-se a aquisição de mobiliário novo, com base nas referências de mercado obtidas. Essa solução atende integralmente às necessidades institucionais, permitindo fornecimento de itens padronizados, novos e com garantia, assegurando durabilidade, ergonomia e adequação técnica ao ambiente administrativo, além de reduzir intervenções de manutenção e custos futuros. Ressalta-se, contudo, que esta alternativa demanda disponibilidade orçamentária e financeira, bem como planejamento para execução das despesas dentro do exercício fiscal, o que exige compatibilidade com a programação orçamentária.

5.5. Diante das análises realizadas, todas as alternativas demonstraram, em maior ou menor grau, potencial de aplicação. Entretanto, a escolha da solução deverá considerar critérios de viabilidade funcional, jurídica, econômica e orçamentária, de modo a garantir aderência às necessidades das Secretarias e atendimento aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

5.6. Dessa forma, a alternativa a ser adotada deverá ser fundamentada na relação entre custo e benefício, capacidade de execução, qualidade dos itens, ergonomia, padronização e disponibilidade orçamentária, conforme será detalhado no item subsequente deste Estudo Técnico Preliminar.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando as alternativas avaliadas e, após criteriosa análise técnica, funcional e econômica, identificou-se que a solução mais adequada para atender às necessidades das Secretarias demandantes consiste na aquisição de mobiliários novos, observados os quantitativos, especificações definidas pelas secretarias demandantes.

6.2. A adoção desta solução visa assegurar a disponibilização de mobiliário moderno, ergonômico e estruturado para uso contínuo, atendendo às exigências de qualidade, segurança e conforto necessárias ao desempenho das atividades administrativas. A padronização dos ambientes institucionais, a melhoria da infraestrutura física e a adequação dos espaços de trabalho aos parâmetros ergonômicos são essenciais para o bom funcionamento dos setores e para a eficiência dos serviços prestados.

6.3. Além disso, a aquisição de bens novos proporciona maior vida útil ao patrimônio municipal e reduz despesas futuras com manutenções corretivas ou substituições frequentes, uma vez que os mobiliários devem ser entregues com garantia mínima, assegurando assistência técnica e suporte em eventuais ocorrências de falhas ou defeitos. Tal abordagem contribui para a economicidade e sustentabilidade administrativa, com ganhos de eficiência operacional no médio e longo prazo.

6.4. A solução adotada também encontra respaldo nos princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, publicidade e planejamento, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021. A definição da alternativa foi pautada em estudo comparativo das opções existentes, em levantamentos mercadológicos e na identificação das necessidades reais das unidades administrativas, garantindo transparência e fundamentação técnica ao processo decisório.

6.5. Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

6.6. A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:



6.6.1. Comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência, além de previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

6.6.2. Justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

6.7. A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6.8. Justificativa da escolha da solução:

6.8.1. A opção pelo Registro de Preços / Compras Conjuntas se mostra a mais adequada para a Administração Pública por diversos fatores:

- Eficiência e flexibilidade: permite atender diferentes Secretarias de forma simultânea, ajustando os volumes conforme a demanda real, evitando desperdícios ou ausência de materiais.
- Padronização e qualidade: possibilita a definição de padrões técnicos obrigatórios para todos os produtos, garantindo a conformidade com normas ABNT/NBR, ANVISA e demais regulamentações aplicáveis.
- Economicidade: a consolidação da demanda em um único procedimento reduz o custo unitário dos produtos, aproveitando economia de escala e maior competitividade entre fornecedores.
- Segurança e continuidade: a contratação via Registro de Preços minimiza riscos de desabastecimento, possibilita múltiplos fornecedores e garante prazos de entrega previamente estabelecidos.
- Simplicidade administrativa: reduz a necessidade de gestão de diversos contratos e estoques, centralizando as aquisições e facilitando o acompanhamento e controle do fornecimento.

6.8.2. Diante disso, o a solução apresentada atende às necessidades das Secretarias Municipais de forma eficiente, econômica, segura e padronizada, sendo a solução mais adequada para o fornecimento de mobiliários.

6.9. Critérios de julgamento e adjudicação

O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

6.9.1. A adjudicação por item possibilita maior competitividade, permitindo que diferentes fornecedores participem e sejam vencedores em itens distintos.

6.9.2. O julgamento considerará o atendimento integral às especificações técnicas, requisitos de qualidade e normas regulamentares estabelecidas no Termo de Referência.

6.9.3. Serão desclassificadas propostas que não atenderem às exigências do edital ou apresentarem preços inexequíveis.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada a partir das informações fornecidas pelas Secretarias e unidades administrativas, mediante levantamentos internos, memórias de cálculo e identificação de necessidades operacionais. O quantitativo projetado decorre de análise técnica fundamentada na realidade de uso atual, na previsão de expansão de atividades e na substituição de mobiliários inservíveis ou inadequados para o pleno funcionamento dos setores públicos municipais, assegurando assim a adequada prestação do serviço público e o atendimento ao princípio da eficiência administrativa.

7.1.1. Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV:

A SEMGOV informou que a metodologia de estimativa adotada baseou-se no levantamento das demandas das unidades que se encontram sob sua estrutura, incluindo a Sala da Secretária, Recepção do Gabinete da Prefeita, setor Administrativo, Gabinete do Vice-Prefeito e DECOM. Destaca-se que parte do mobiliário atualmente em uso está vinculado a Termo de Empréstimo no patrimônio municipal, justificando a necessidade de quantificação para reposição e adequação às demandas permanentes.

7.1.2. Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA:

A SEMA esclareceu que os itens estimados referem-se à composição do mobiliário do novo escritório e da cozinha do setor de áreas verdes, atualmente em fase de construção. Ademais, o quantitativo das cadeiras foi definido com base em levantamento de móveis antigos, danificados ou sem condições de uso, necessitando substituição integral.



7.1.3. Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito – SEMUST:

A SEMUST afirmou que os quantitativos foram definidos conforme o Memorando nº 23/2025 (ID 3021307), contemplando mobiliários como armário roupeiro, cadeira ergonômica, estante em aço, mesa de escritório e cofre armário. Adicionalmente, foram estimadas unidades específicas para o gabinete do Secretário, barracão de sinalização viária e setores administrativos como DIRETRAN e Defesa Civil.

7.1.4. Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio – SEMAIC:

A SEMAIC informou que a definição dos quantitativos decorreu de levantamento inédito das necessidades da pasta, tendo em vista tratar-se da primeira estimativa formal deste tipo de mobiliário. A aquisição objetiva substituir mesas antigas e compor adequadamente o escritório do Secretário, permitindo condições adequadas para reuniões e atividades administrativas, conforme Quadro de Distribuição (ID 3051627) e Memória de Cálculo (ID 3051467), ambas de 20/03/2025.

7.1.5. Secretaria Municipal de Educação – SEMED:

A SEMED relatou que os quantitativos foram calculados com base em consumo histórico e projeções realizadas em conjunto com o setor pedagógico, considerando projetos voltados à expansão de turmas e implementação de turmas de tempo integral, com previsão de novos recursos federais. Assim, itens novos foram incluídos por necessidade recente, itens de alta demanda tiveram acréscimo de 25% e outros mantiveram proporcionalidade baseada em consumo anterior.

7.1.6. Procuradoria Geral do Município – PGM:

A PGM justificou sua estimativa com fundamento na necessidade de renovação do mobiliário, dada a defasagem estrutural superior a uma década e a inadequação dos equipamentos atuais às jornadas prolongadas de trabalho e às demandas decorrentes do uso intensivo de sistemas eletrônicos e audiências virtuais. Ressaltou-se, ainda, a importância ergonômica para prevenção de doenças ocupacionais, garantindo maior produtividade, durabilidade e segurança jurídica trabalhista.

7.1.7. Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SEMTEC:

A SEMTEC fundamentou sua estimativa pela necessidade de melhoria do ambiente de trabalho e substituição de mobiliários desgastados, considerando também fatores ergonômicos e estruturais semelhantes aos apresentados pela PGM, visando garantir conforto aos servidores e adequado atendimento ao público.

7.1.8. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG:

A SEMPOG apresentou critérios fundamentados em demandas reais para substituição de mobiliário obsoleto, contemplando requisitos ergonômicos e de segurança funcional, igualmente tomando como referência os fundamentos apresentados pela PGM no tocante ao tempo de uso e à necessidade de adequação para atividades administrativas contínuas.

7.1.9. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP:

A SEMOSP informou que a estimativa foi realizada com base nas necessidades detectadas no setor e no atendimento da nova oficina em construção, considerando que os itens solicitados não constam em ata vigente e tratam-se de expansão e modernização da estrutura administrativa e operacional.

7.1.10. Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ:

A SEMFAZ fundamentou sua estimativa com base nas necessidades do órgão e de seus departamentos, incluindo a Diretoria de Receita e Atendimento, com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho, acolhimento ao contribuinte e eficiência nos serviços administrativos.

7.1.11. Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU:

A SEMSAU relatou fundamentos alinhados às justificativas ergonômicas apresentadas por demais secretarias, considerando longas jornadas e necessidade de mobiliário adequado para evitar adoecimento ocupacional e garantir funcionalidade e segurança no ambiente de trabalho.

7.1.12. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES:

A SEMDES baseou sua estimativa em levantamentos realizados pelos coordenadores das unidades vinculadas, visando substituir mobiliário desgastado e adquirir itens novos para garantir ambientes funcionais, organizados e humanizados, sobretudo em unidades como Centros de Referência, setores de atendimento ao público e espaços de convivência de idosos e famílias, observando critérios de sustentabilidade e acessibilidade.

7.1.13. Agência Municipal de Regulação – AMR:

A AMR informou que os quantitativos foram ajustados considerando demandas específicas dos setores e acréscimo em itens necessários ao atendimento de expansão e melhoria estrutural, sendo esta a primeira estimativa para tais itens no âmbito da autarquia.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.592.142,94



8.1. Com base nas informações levantadas durante a pesquisa de mercado, o valor estimado para a presente contratação corresponde a **R\$ 2.592.142,94 (dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, cento e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos)**, o qual servirá como referência para a instrução do procedimento licitatório, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Para definição do *valor estimado*, foram analisadas diferentes fontes de pesquisa, garantindo amplitude e confiabilidade das informações coletadas. Nesse sentido, foram consideradas propostas de fornecedores especializados, consultas em sítios eletrônicos do setor, Atas de Registro de Preços de outros órgãos públicos e dados obtidos na plataforma Banco de Preços.

8.3. A consolidação das informações permitiu estabelecer valor compatível com as condições de mercado, contemplando especificações técnicas, requisitos de durabilidade, ergonomia, garantias e prazos usualmente aplicados ao fornecimento de mobiliário institucional.

8.4. Ressalta-se que o valor estimado possui caráter referencial e será utilizado como parâmetro para a fase competitiva, podendo sofrer ajustes conforme a proposta mais vantajosa, disponibilidade orçamentária e necessidade administrativa, em conformidade com o princípio da economicidade e o interesse público.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente contratação contempla itens distintos de mobiliário institucional, com especificações e finalidades diversas. Considerando a natureza heterogênea dos bens e a possibilidade de atendimento por fornecedores especializados, verifica-se ser tecnicamente viável o parcelamento do objeto.

9.2. Além disso, o parcelamento mostra-se economicamente vantajoso, pois amplia a competitividade do certame, possibilitando a participação de empresas de diferentes portes e ramos de atuação, o que favorece a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

9.3. Dessa forma, a decisão fundamenta-se no disposto no art. 40, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o parcelamento deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa e a ampla participação de interessados.

9.4. Ante o exposto, adota-se o parcelamento do objeto por itens, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas ou interdependentes para a execução do objeto desta contratação, tendo em vista que os itens previstos são suficientes para atender, de forma autônoma e independente, às necessidades das unidades administrativas participantes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. No tocante ao alinhamento institucional com o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025, registra-se que as Secretarias Municipais e unidades administrativas participantes formalizaram suas manifestações quanto à previsão — ou ausência — da presente demanda no referido instrumento de planejamento, por meio dos respectivos Documentos de Formalização de Demanda (DFD). Tais declarações foram prestadas em estrita observância ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando transparência, rastreabilidade e aderência aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e boa governança pública. Nesse contexto, detalham-se, a seguir, as informações apresentadas por cada unidade participante:

11.1.1. A Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV informou que a despesa não consta no PCA, em razão de que, à época de sua elaboração, não havia sido identificada a necessidade de contratação. Todavia, declarou possuir disponibilidade orçamentária para a devida execução da despesa, motivo pelo qual apresentou o DFD correspondente.

11.1.2. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA registrou que a demanda consta no PCA, conforme previsão estabelecida no inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, vinculada à contratação nº 89/2025 e ao DFD nº 411/2024.

11.1.3. A Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito – SEMUST declarou que a despesa encontra-se prevista no PCA, em conformidade com o inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, vinculada à contratação nº 90/2025 e ao DFD nº 246/2024.

11.1.4. A Secretaria Municipal de Educação – SEMED consignou que a despesa está incluída no PCA, conforme previsão do inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, vinculada à contratação nº 89/2025 e ao DFD nº 422/2024.



11.1.5. A Procuradoria Geral do Município – PGM afirmou que a demanda consta no PCA, em conformidade com o inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, sob a contratação nº 012/2023 e DFD nº 05/2025.

11.1.6. A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SEMTEC declarou que a despesa encontra-se devidamente registrada no PCA, conforme inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, vinculada à contratação nº 89/2025 e ao DFD nº 528/2024.

11.1.7. A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG informou que a despesa consta no PCA, sob a contratação nº 89/2025 e DFD nº 38/2024, indicando inclusive a previsão de início e conclusão do procedimento.

11.1.8. A Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ registrou que a necessidade está prevista no PCA, conforme inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, sob o nº de contratação 94/2025 e DFD nº 511/2024.

11.1.9. A Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU declarou que a despesa consta no PCA, conforme inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, vinculada à contratação nº 89/2025 e ao DFD nº 111/2024.

11.1.10. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES consignou que a despesa foi estimada e incluída no PCA, conforme inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, vinculada ao DFD nº 620/2025 e contratação nº 89/2025.

11.1.11. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP justificou a ausência da demanda no PCA em razão de que, no momento de sua elaboração, não havia sido identificada a necessidade, surgindo a demanda posteriormente em decorrência de novas exigências operacionais.

11.1.12. A Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio – SEMAIC declarou que a despesa não havia sido prevista no PCA, pois, à época da elaboração do plano, a necessidade não havia sido identificada. Contudo, diante de análise superveniente, constatou-se a pertinência da demanda, ressaltando-se a existência de dotação orçamentária para custeio.

11.1.13. A Agência Municipal de Regulação – AMR declarou que a despesa não consta no PCA, com base no inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, limitando-se a citar o referido dispositivo legal, sem apresentar motivação complementar.

11.1.14. Diante do exposto, verifica-se que todas as Secretarias e unidades administrativas participantes formalizaram adequadamente suas declarações e demonstraram disponibilidade orçamentária, garantindo aderência ao processo de planejamento das contratações, em conformidade com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, transparência e economicidade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar melhores condições de funcionamento às unidades administrativas, por meio do fornecimento de mobiliário adequado às necessidades institucionais, possibilitando a melhoria da infraestrutura organizacional e do ambiente de trabalho.

12.2. A aquisição dos itens proporcionará benefícios diretos e indiretos, destacando-se:

12.2.1. Melhoria das condições ergonômicas e de segurança laboral, contribuindo para a prevenção de doenças ocupacionais e redução de afastamentos funcionais;

12.2.2. Aumento da produtividade e eficiência dos servidores, decorrente da adequação do ambiente de trabalho às necessidades operacionais;

12.2.3. Modernização e padronização dos ambientes administrativos, assegurando melhor organização física, harmonia estética e uniformidade institucional;

12.2.4. Atendimento às recomendações de boas práticas administrativas, com foco na eficiência, economicidade e qualidade do gasto público;

12.2.5. Substituição de mobiliários desgastados ou sem condições de uso, garantindo o adequado funcionamento dos setores e melhor conservação do patrimônio público;

12.2.6. Ampliação da capacidade operacional para atendimento ao público e execução das atividades administrativas, especialmente em setores com incremento de demanda e novas estruturas;

12.2.7. Promoção de condições dignas e adequadas de trabalho, refletindo positivamente na motivação e desempenho das equipes.



12.3. Destaca-se, ainda, que os benefícios obtidos com esta contratação estão alinhados aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e melhoria da qualidade do atendimento à população, contribuindo para o fortalecimento da estrutura administrativa municipal e para a entrega de serviços públicos com maior qualidade e efetividade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a celebração do contrato decorrente do presente processo, serão observados os trâmites administrativos previstos na legislação vigente, incluindo a designação formal do gestor e do fiscal do contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

13.2. Não se faz necessária a adoção de providências adicionais prévias à contratação, considerando que se trata de aquisição de mobiliários, cuja execução não demanda preparação técnica ou operacional específica por parte da Administração.

13.3. As unidades requisitantes deverão apenas organizar os espaços destinados ao recebimento e instalação dos mobiliários, providência administrativa rotineira e inerente à gestão patrimonial.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação refere-se à aquisição de mobiliários para uso administrativo, os quais, em regra, apresentam baixo potencial de impacto ambiental direto durante sua utilização. Contudo, considera-se que o ciclo de vida desses bens pode gerar impactos relacionados ao processo de fabricação, transporte, uso e descarte.

14.2. Dentre os possíveis impactos ambientais vinculados ao objeto, destacam-se:

14.2.1. Geração de resíduos decorrente da substituição de mobiliários antigos ou inservíveis;

14.2.2. Consumo de matérias-primas e insumos no processo industrial;

14.2.3. Emissões e consumo energético relacionados ao transporte e logística;

14.2.4. Necessidade de descarte adequado ao término da vida útil dos bens.

14.3. É orientado às unidades demandantes que adotem as seguintes práticas e procedimentos para mitigação dos impactos ambientais identificados:

14.3.1. Priorização do reaproveitamento e remanejamento de mobiliário existente, quando tecnicamente possível;

14.3.2. Destinação adequada de bens inservíveis, conforme normas de gestão patrimonial e legislação ambiental vigente;

14.3.4. Observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às compras públicas;

14.3.5. Preferência por mobiliários com maior durabilidade e possibilidade de manutenção, contribuindo para a redução de descartes prematuros;

14.3.6. Recomendação às empresas fornecedoras quanto à adoção de práticas ambientalmente responsáveis, especialmente no que se refere ao descarte e reciclagem de embalagens.

14.4. Ressalta-se que a substituição de mobiliários deteriorados por itens duráveis, ergonômicos e adequados às necessidades funcionais contribui indiretamente para a redução de impactos ambientais, uma vez que evita trocas frequentes e otimiza o ciclo de vida dos bens adquiridos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A equipe de planejamento declara viável a presente contratação, tendo em vista que, com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, restou demonstrada a vantajosidade e a economicidade da solução proposta, bem como a existência de riscos plenamente administráveis pela Administração.

15.2. A contratação atende às necessidades institucionais de forma eficiente e alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, contribuindo para a melhoria da infraestrutura administrativa e para a continuidade dos serviços prestados.



16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

GISELE JASSET DE MENDONCA

Servidora Cedida do Estado

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

BEATRIZ JUVENCIO PEREIRA

Assessor Especial

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

TAINA MIOLA FREIRE MELLO

Agente de Gestão Escolar

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

BRUNO HENRIQUE DE SOUZA DUARTE

Assessor Especial

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

RAIANY CARVALHO SILVA

Agente de Serviço Escolar

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.



EUMARA DE SOUZA ALVES

Assessora Especial

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

GIVANILTON SOARES DA SILVA

Agente Administrativo (cedido)

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

ELIANY PEREIRA BELLE

Agente de Gestão Pública

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

AMANDA DA SILVA MARQUES

Estagiária

THIAGO RODRIGUES NEPOMUCENO

Agente Administrativo

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

SCARLETT IANARA AYRES MOURA

Agente Administrativo



Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK

Assessor Especial

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

IGOR EDUARDO BORGES DOS SANTOS

Diretor Administrativo AMR

Despacho: Elaborador (a) do Estudo Técnico Preliminar.

LAURA BEZERRA DA SILVA

Membro da Diretoria de Compras

Despacho: Elaborador (a) de Documento de Formalização de Demanda.

DIOGO SOARES ESTEVAO

Estagiário





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 01225/25

Impresso em: 30 de setembro de 2025

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantidade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
1	560.007.026	APARADOR BUFFET	UND	55	0,00 0,00 0,00	395,00 0,00 609,33	0,00 0,00 603,33	0,00 459,00 0,00	0,00 0,00 0,00	516,67	28.416,85
2	560.007.020	ARMÁRIO AÇO TRATAMENTO SUPERFICIAL: FOSFATIZADO ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA ELETROSTÁTICA MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA: 1,97 M LARGURA: 0,65 M PROFUNDIDADE: 0,42 M COR: CINZA PADRÃO QUANTIDADE PORTAS: 4 UN TIPO FECHAMENTO PORTAS: COM FECHADURA QUANTIDADE CHAVES: 8 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PÉS EM POLIPROPILENO PRETO E REMOVIVÉL, C/ VENEZIANA MATERIAL: CHAPA AÇO 22 APLICAÇÃO: ROUPEIRO	UND	121	0,00 0,00 1.257,52	0,00 0,00 1.985,00	1.357,05 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.533,19	185.515,99
3	560.007.004	ARMÁRIO DE MADEIRA PARA COZINHA MATERIAL: MADEIRA PINUS DE REFLORESTAMENTO TIPO: DE PÉ ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA EM MOGNO BRILHANTE (VERNIZ BRILHANTE PU E UV) QUANTIDADE DE PORTAS: 06 UN; QUANTIDADE DE GAVETAS: 04 UN	UND	16	1.859,00 0,00 1.925,00	1.370,00 0,00 0,00	1.900,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.763,50	28.216,00
4	560.007.005	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO 16 PORTAS MATERIAL: CHAPA DE AÇO. COR :CINZA. QUANTIDADE DE PORTAS: 16 UN; DIMENSÕES MÍNIMAS: LARGURA: 1230 MM; PROFUNDIDADE: 400 MM; ALTURA: 190 MM; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM VENEZIANAS PARA VENTILAÇÃO, COMPARTIMENTOS INDEPENDENTES SEM DIVISÓRIAS INTERNAS, FECHAMENTO DAS PORTAS INDEPENDENTES ATRAVÉS DE PITÃO PARA CADEADO.	UND	59	0,00 0,00 0,00	1.560,00 0,00 1.599,00	1.835,40 0,00 1.230,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.556,10	91.809,90
5	560.007.006	BALCÃO ATENDIMENTO MATERIAL CORPO: MADEIRA MDF MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA: 1,20 M LARGURA: 2,14 M PROFUNDIDADE: 0,51 M COR REVESTIMENTO: BRANCO . CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 2 PORTAS/PAINEL FRONTAL CURVO EM MDF REVESTIDO MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA MDF QUANTIDADE PRATELEIRAS: 1 UN QUANTIDADE GAVETAS: 4 UN REVESTIMENTO CORPO: LAMINADO MELAMÍNICO	UND	23	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 1.867,00	1.637,38 0,00 0,00	0,00 2.296,66 0,00	0,00 0,00 0,00	1.933,68	44.474,64





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 01225/25

Impresso em: 30 de setembro de 2025

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantid ade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
6	560.007.007	CADEIRA ESCRITÓRIO ERGONÔMICA MATERIAL ESTRUTURA: TUBO AÇO; MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: COURO ECOLÓGICO E POLIÉSTER; MATERIAL ENCOSTO: 100 % POLIÉSTER; MATERIAL ASSENTO: ESPUMA POLIURETANO INJETADO, REVESTIMENTO EM POLIÉSTER, ESTOFADO COM ESPUMA DE DENSIDADE CONTROLADA, DURABILIDADE E CONFORTO; TRATAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA: PINTURA EM EPÓXI PRETO; TIPO BASE: GIRATÓRIA COM 5 RODÍZIOS; TIPO ENCOSTO: REGULÁVEL EM RECLÍNIO DO ENCOSTO COM SISTEMA QUE POSSIBILITA FIXÁ-LO EM 04 POSIÇÕES DIFERENTES. REGULAGEM DO APOIO DA LOMBAR APOIO BRAÇO: EM POLIURETANO INTEGRAL, MACIO E CONFORTÁVEL. BRAÇO REGULÁVEIS EM ALTURA, MOVIMENTO HORIZONTAL FRONTAL OU LATERAL.; COR: PRETA; TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL: A GÁS; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENCOSTO EM TELA, FUNÇÕES ERGONÔMICAS AVANÇADAS E ACABAMENTO COM DETALHES EM ALUMÍNIO; COR ESTRUTURA: PRETA.	UND	436	0,00 0,00 0,00	955,54 0,00 1.280,00	0,00 0,00 1.201,13	1.280,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.179,17	514.118,12
7	560.007.008	CADEIRA ESCRITÓRIO ERGONÔMICA PRESIDENTE CADEIRA ESCRITÓRIO ERGONÔMICA PRESIDENTE MATERIAL ESTRUTURA: TUBO AÇO MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: COURO ECOLÓGICO E POLIÉSTER SUPORTE DE CABEÇA: EXCELENTE SUPORTE A REGIÃO CERVICAL. REMOVÍVEL, PODE SER ENCAIXADO SEM O USO DE FERRAMENTAS, COM REGULAGEM DE ALTURA; MATERIAL ENCOSTO: 100 % POLIÉSTER MATERIAL ASSENTO: ESPUMA POLIURETANO INJETADO, REVESTIMENTO EM POLIÉSTER, ESTOFADO COM ESPUMA DE DENSIDADE CONTROLADA, DURABILIDADE E CONFORTO; TRATAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA: PINTURA EM EPÓXI PRETO TIPO BASE: GIRATÓRIA COM 5 RODÍZIOS TIPO ENCOSTO: REGULÁVEL EM RECLÍNIO DO ENCOSTO COM SISTEMA QUE POSSIBILITA FIXÁ-LO EM 04 POSIÇÕES DIFERENTES. REGULAGEM DO APOIO DA LOMBAR APOIO BRAÇO: EM POLIURETANO INTEGRAL, MACIO E CONFORTÁVEL, REGULAGEM DO BRAÇO EM ALTURA, MOVIMENTO HORIZONTAL FRONTAL OU LATERAL. COR: PRETA TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL: A GÁS; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENCOSTO EM TELA, FUNÇÕES ERGONÔMICAS AVANÇADAS E ACABAMENTO COM DETALHES EM ALUMÍNIO COR	UND	176	0,00 0,00 0,00	1.398,00 0,00 1.676,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 1.661,00 0,00	1.578,33	277.786,08
8	560.007.009	CADEIRA PLÁSTICA MATERIAL: PLÁSTICO COR BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMPILHÁVEL TIPO: COM BRAÇOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES MÍNIMAS DE 780X550X560MM (AXLXP), ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO DE 420MM, FABRICADA A BASE DE POLIPROPILENO, TRATAMENTO COM RESINA ANTI-UV, RESISTÊNCIA DE PESO DE 140 KG.	UND	608	0,00 66,90 65,60	0,00 0,00 0,00	59,90 62,10 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	63,63	38.687,04
9	560.007.066	CADEIRAS DE POLTRONA	UND	267	0,00 0,00 0,00	840,00 0,00 766,66	760,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	788,89	210.633,63





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 01225/25

Impresso em: 30 de setembro de 2025

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantidade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
10	560.007.012	CADEIRAS ESTOFADAS COR: AZUL MATERIAL ESTRUTURA: AÇO MATERIAL ENCOSTO: ESPUMA POLIURETANO INJETADO MATERIAL ASSENTO: ESPUMA POLIURETANO INJETADO TIPO BASE: FIXA QUANTIDADE DE PÉS:04 PÉS, APOIO BRAÇO: SEM BRAÇOS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. FABRICADA DE ACORDO COM AS NORMAS NBR 13962 E NR-17.	UND	164	0,00 0,00 168,15	0,00 0,00 0,00	145,00 149,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	154,05	25.264,20
11	560.007.030	CARRINHO TIPO ARMAZÉM,	UND	37	0,00 0,00 430,00	490,00 0,00 438,90	411,00 407,80 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	435,54	16.114,98
12	560.007.010	CESTO ORGANIZADOR	UND	207	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00	0,00
13	560.007.028	CESTO ORGANIZADOR	UND	106	0,00 0,00 55,90	58,90 0,00 0,00	54,90 53,24 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	55,74	5.908,44
14	560.007.024	COFRE ARMÁRIO	UND	25	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 4.363,33	6.200,12 0,00 5.600,00	0,00 0,00 4.850,00	0,00 0,00 0,00	5.253,36	131.334,00
15	560.007.068	CONJUNTO REFEITÓRIO 10 LUGARES INFANTIL	KIT	22	0,00 0,00 0,00	5.146,22 0,00 3.500,00	3.586,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	4.077,41	89.703,02
16	560.007.011	ESTANTE DE AÇO INOX	UND	125	0,00 0,00 1.519,05	1.579,67 0,00 1.165,00	1.299,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.390,68	173.835,00
17	560.007.013	KIT COMPOSTO DE 4 LIXEIRAS SELETIVAS MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE QUANTIDADE DE LIXEIRAS: 4UN. CAPACIDADE: 60L. COR:AZUL, VERMELHA, VERDE E AMARELA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE DE METÁLICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,75M DE COMPRIMENTO 85CM DE ALTURA.	UND	41	0,00 850,00 0,00	779,00 0,00 789,98	554,99 913,92 756,23	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	774,02	31.734,82
18	560.007.065	LIXEIRA	UND	28	0,00 0,00 1.799,00	1.675,20 0,00 0,00	2.054,90 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.843,03	51.604,84





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 01225/25

Impresso em: 30 de setembro de 2025

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantidade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
19	560.007.027	LIXEIRA EM FIBRA DE VIDRO	UND	45	0,00 0,00 0,00	3.050,33 0,00 2.814,00	0,00 0,00 2.110,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	2.658,11	119.614,95
20	560.007.017	MESA DE CENTRO	UND	12	0,00 0,00 1.222,20	1.438,01 0,00 0,00	1.161,25 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.273,82	15.285,84
21	560.007.067	MESA DE ESCRITÓRIO	UND	49	0,00 1.819,00 2.236,65	0,00 0,00 0,00	0,00 2.236,65 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	2.097,43	102.774,07
22	560.007.014	MESA DE REUNIÃO EXECUTIVA	UND	33	0,00 0,00 2.286,96	2.600,00 0,00 0,00	2.732,59 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	2.539,85	83.815,05
23	560.007.018	MESA ESCRITÓRIO MATERIAL ESTRUTURA: AÇO MATERIAL TAMPO: MDP MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA: 1,20 M PROFUNDIDADE: 0.60 M ALTURA: 0,74 M COR TAMPO: BRANCA QUANTIDADE GAVETAS: 2 UN ESPESSURA TAMPO: 15 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CHAVE	UND	54	0,00 0,00 271,90	215,67 0,00 299,00	0,00 0,00 286,67	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	268,31	14.488,74
24	560.007.015	MESA PARA ESCRITÓRIO MATERIAL ESTRUTURAL: TUBO AÇO ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTURA EM EPÓXI QUANTIDADE DE GAVETAS :03 GAVETAS LARGURA 1.50 M PROFUNDIDADE 0.60 M ALTURA 0.75 M MATERIAL TAMPO :MADEIRA AGLOMERADA ESPESSURA TAMPO :25MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REVESTIDO EM AMBAS AS FACES EM LAMINADO MELAMÍNICO. ACABAMENTO COM BORDAS ARREDONDADAS A 120 OU 180 GRAUS, OU AINDA, EM PERFIL DE PVC COM NO MÍNIMO 1,5 MM DE ESPESSURA, CONFORME NORMAS DE ERGONOMIA. GAVETEIRO DE 03 GAVETAS (DIREITO OU ESQUERDO), MEDINDO APROXIMADAMENTE LARGURA 0.35X PROFUNDIDADE ALTURA 0.40 X 0.25 COM PUXADOR E TRAVAMENTO SIMULTÂNEO ATRAVÉS DE FECHADURA ÚNICA ACOMPANHADA DE CHAVE E RESPECTIVA CÓPIA. ESTRUTURA EM AÇO COM ESPESSURA MÍNIMA 1.2MM, PINTADO EM EPÓXI PELO SISTEMA ELETROSTÁTICO E CURADA EM ESTUFA NA COR AZUL.	UND	137	0,00 0,00 0,00	1.355,00 0,00 1.055,67	0,00 0,00 1.613,33	1.350,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.343,50	184.059,50
25	560.007.019	MESA REUNIÃO OVAL - SEMI OVAL MATERIAL: MADEIRA MDF, ACABAMENTO SUPERFICIAL: LAMINADO MELAMÍNICO BP, COMPRIMENTO: 320CM, LARGURA: 100CM, ALTURA: 75CM, QUANTIDADE PÉS: 2UN, MATERIAL ESTRUTURA BASE: TUBO EM AÇO, COR: PRETA, MATERIAL TAMPO: MADEIRA MDF, ESPESSURA TAMPO: 25MM	UND	6	0,00 1.190,33 1.300,00	1.190,33 0,00 0,00	1.601,66 1.699,62 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	1.396,39	8.378,34





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 01225/25

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Impresso em: 30 de setembro de 2025

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantidade	Proponente 01, 06 e 11	Proponente 02, 07 e 12	Proponente 03, 08 e 13	Proponente 04, 09 e 14	Proponente 05, 10 e 15	Preço Médio	Valor Total Médio
26	560.007.016	MESA REUNIÃO REDONDA MATERIAL: MADEIRA, TIPO MADEIRA: MDP, DIÂMETRO: 1,10M, ALTURA: 0,74M, ESPESSURA TAMPO: 15MM, COR TAMPO: CINZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAPATAS REGULADORAS DE NÍVEL, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO, COR ESTRUTURA: CINZA	UND	12	0,00 0,00 0,00	528,89 0,00 406,36	0,00 0,00 501,90	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	479,05	5.748,60
27	560.007.029	PALETEIRA MANUA	UND	4	0,00 0,00 2.434,33	1.794,74 0,00 0,00	2.241,08 2.039,05 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	2.127,30	8.509,20
28	560.007.064	SOFÁ	UND	42	0,00 0,00 0,00	1.999,00 2.500,00 2.199,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	2.232,67	93.772,14
29	560.007.021	SUPORTE ARTICULADO PARA TV TIPO :LCD, LED E PLASMA DE 32" ATÉ 40", MATERIAL: EM AÇO CARBONO COR: EPÓXI ELETROSTÁTICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FURAÇÃO VESA (EM MM): 100X100, 200X100, 200X200, COM MÚLTIPLOS PONTOS DE FIXAÇÃO, DISTÂNCIA DA PAREDE MÍNIMA: 30CM. PESO SUPOSTADO DE NO MÍNIMO 25 KG. MATERIAL INCLUSO BUCHAS DE PAREDE, PARAFUSOS DA TV.	UND	103	0,00 0,00 0,00	0,00 90,00 0,00	87,97 129,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	102,32	10.538,96

Total de registros: 29

2.592.142,94

#	Nome Proponente	CNPJ/CPF
1	1317 MOTOPAM METALURGICA DA AMAZONIA LTDA	03.680.934/0001-00
2	2739 BANCO DE PREÇOS 01	07.797.967/0001-95
3	6939 SITIO 01	04.104.816/0001-16
4	6940 GERAL 3 ATA MOB. ESCOLAR	
5	6983 GERAL 4 ATA MOB. ESCOLAR 2	
6	6986 GERAL 5 Sítio Eletrônico 04	
7	8495 ELETRO J. M. S/A.	04.966.780/0035-29
8	10290 SITIO 03	00.000.000/0000-00
9	10291 BANCO DE PREÇOS 04	04.104.816/0001-16





QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO

Cotação: 01225/25

Impresso em: 30 de setembro de 2025

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

10	13215	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 69 / 2025	00.000.000/0000-00
11	13471	SITIO 02	04.104.816/0001-16
12	13473	BANCO DE PREÇOS 02	04.104.816/0001-16
13	13489	BANCO DE PREÇOS 03	04.104.816/0001-16
14	17232	COFRES SP COMERCIO DE COFRES E MOVEIS DE ACO LTDA	13.827.215/0001-22







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número de valores	Data
Quadro Comparativo		30/09/2025

ID:	3507126	Processo	Documento
CRC:	BF424E29		
Processo:	8-3037/2025		
Usuário:	SARAH BRUNA BONFIM SILVA		
Criação:	30/09/2025 13:31:08	Finalização:	30/09/2025 13:32:08

MD5:	F90C31EAE316B1B7D57BF07B5387BEDA
SHA256:	729D84A0B4E0C191C1D1AEA7F8D2D7EC55A777FF60301058F7C9FE9AF9410B50

Súmula/Objeto:

Quadro Comparativo de Valores

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO -	ARIQUEMES	RO	30/09/2025 13:31:08
--	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO (193)	30/09/2025 13:31:08
-------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 SARAH BRUNA BONFIM SILVA	Diretoria de Compras e Núcleo de Cotações - SML	30/09/2025 13:32:18
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 KASSANDRA JOYCE SILVA PAPE	Diretora de Compras - SML	01/10/2025 13:23:04
---	---------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3507126 e o CRC BF424E29.





Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	216-2025	09/12/2025

ID: 3654586	Processo	Documento
CRC: 4EF47706		
Processo: 8-3037/2025		
Usuário: CAMILA ALECRIM DE AZEVEDO		
Criação: 09/12/2025 10:13:38	Finalização: 09/12/2025 10:15:17	

MD5: 66D6D6D3A1E9B05B98342315916E10BE
SHA256: 07EECB98DAAD9D9057757C5D9E1645A24FA68E2402607796659F667392A1208A

Súmula/Objeto:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 216/2025.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO -	ARIQUEMES	RO	09/12/2025 10:13:38
--	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO (193)	09/12/2025 10:13:38
-------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 THIAGO RODRIGUES NEPOMUCENO	Gerente Administrativo CDS-04	09/12/2025 10:35:23
--	-------------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 EUMARA DE SOUZA ALVES#	Assessora especial IV	09/12/2025 10:40:24
---	-----------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 EUTIANE DE SOUZA STELMASCHUK	GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO	09/12/2025 10:49:42
---	--	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 TAINA MIOLA FREIRE MELLO#	AGENTE DE GESTAO ESCOLAR N III - GRUPO - 69	09/12/2025 10:50:09
--	--	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 ELIANY PEREIRA BELLE#	AGENTE ADMINISTRATIVO N II - GRUPO - 17	09/12/2025 10:52:53
--	---	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 RAIANY CARVALHO SILVA	Diretora de Compras	09/12/2025 11:19:29
--	---------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 SCARLETT IANARA AYRES MOURA	AGENTE ADMINISTRATIVO	09/12/2025 11:27:16
--	-----------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE#	ASSESSOR ESPECIAL IV CDS 03 (COMISSAO)	09/12/2025 12:00:34
--	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 BRUNO HENRIQUE DE SOUZA DUARTE#	ASSESSOR ESPECIAL V CDS 02 (COMISSAO)	09/12/2025 12:45:06
--	---------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 IGOR EDUARDO BORGES DOS SANTOS	Diretor Administrativo - AMR	09/12/2025 13:22:05
---	------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO



GISELE JASSET DE MENDONCA#

SEMGOV - Administrativo

09/12/2025 14:23:32

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



DIOGO SOARES ESTEVAO

Estagiário Administrativo

10/12/2025 09:36:11

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



BEATRIZ JUVENCIO PEREIRA

ASSESSOR ESPECIAL VI CDS 01 (COMISSAO)

10/12/2025 09:56:00

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



LAURA BEZERRA DA SILVA

Diretoria de Compras e Núcleo de Cotações - SML

10/12/2025 10:35:59

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3654586 e o CRC 4EF47706.